

17 contradições
e o fim do capitalismo





Fotografia das páginas anteriores:
Guilherme Weimann (Mariana-MG, 2015)

David Harvey

17 contradições e o fim do capitalismo

Tradução
Rogério Bettoni

Revisão técnica
Pedro Paulo Zahluth Bastos



© David Harvey, 2014
© desta edição Boitempo, 2016
Traduzido do original em inglês *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism* (Londres, Profile, 2014)

Direção editorial Ivana Jinkings
Edição Bibiana Leme
Assistência editorial Thaisa Burani e Carolina Yassui
Tradução Rogério Bettoni
Revisão técnica Pedro Paulo Zahluth Bastos
Preparação Mariana Echalar
Revisão Cristina Astolfi Carvalho
Coordenação de produção Juliana Brandt
Assistência de produção Livia Viganó
Capa e diagramação Antonio Kehl

Equipe de apoio Allan Jones, Ana Yumi Kajiki, Artur Renzo, Eduardo Marques, Elaine Ramos, Giselle Porto, Isabella Marcatti, Ivam Oliveira, Kim Doria, Leonardo Fabri, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Renato Soares, Thaís Barros, Tulio Candiottto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H271d

Harvey, David, 1935-
17 contradições e o fim do capitalismo / David Harvey ; tradução Rogério Bettoni. -
1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

Tradução de: *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7559-502-2

1. Crise econômica. 2. Crises financeiras. 3. Capitalismo. 4. Globalização - Aspectos econômicos. 5. História econômica - Século XXI. 6. Relações econômicas internacionais. I. Título : Dezesete contradições e o fim do capitalismo.

16-33989

CDD: 332.62

CDU: 336.76

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: setembro de 2016; 6ª reimpressão: fevereiro de 2025

BOITEMPO
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br | boitempoeditorial.com.br
blogdaboitempo.com.br | youtube.com/tvboitempo

A John Davey,
em reconhecimento aos seus sábios conselhos
e ao seu apoio a quase tudo que já publiquei

SUMÁRIO

PRÓLOGO – A CRISE ATUAL DO CAPITALISMO	9
INTRODUÇÃO – SOBRE A CONTRADIÇÃO	15
PARTE I – AS CONTRADIÇÕES FUNDAMENTAIS	23
1. VALOR DE USO E VALOR DE TROCA	27
2. O VALOR SOCIAL DO TRABALHO E SUA REPRESENTAÇÃO PELO DINHEIRO... ..	35
3. PROPRIEDADE PRIVADA E ESTADO CAPITALISTA	47
4. APROPRIAÇÃO PRIVADA E RIQUEZA COMUM	59
5. CAPITAL E TRABALHO	67
6. CAPITAL COMO PROCESSO OU COMO COISA?	73
7. A UNIDADE CONTRADITÓRIA ENTRE PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO	81
PARTE II – AS CONTRADIÇÕES MUTÁVEIS	87
8. TECNOLOGIA, TRABALHO E DESCARTABILIDADE HUMANA	93
9. DIVISÕES DO TRABALHO	111
10. MONOPÓLIO E COMPETIÇÃO: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO... ..	127
11. DESENVOLVIMENTOS GEOGRÁFICOS DESIGUAIS E PRODUÇÃO DE ESPAÇO ..	139
12. DISPARIDADES DE RENDA E RIQUEZA	153
13. REPRODUÇÃO SOCIAL	169
14. LIBERDADE E DOMINAÇÃO	185
PARTE III – AS CONTRADIÇÕES PERIGOSAS	201
15. CRESCIMENTO EXPONENCIAL INFINITO	207

16. A RELAÇÃO DO CAPITAL COM A NATUREZA	229
17. A REVOLTA DA NATUREZA HUMANA: ALIENAÇÃO UNIVERSAL	245
CONCLUSÃO – PERSPECTIVAS DE UM FUTURO FELIZ, MAS CONTROVERSO: A PROMESSA DO HUMANISMO REVOLUCIONÁRIO	261
EPÍLOGO – IDEIAS PARA A PRÁTICA POLÍTICA	271
APÊNDICE – O LIVRO MAIS PERIGOSO QUE JÁ ESCREVI.....	275
ÍNDICE ONOMÁSTICO	289
BIBLIOGRAFIA E LEITURA COMPLEMENTAR.....	293

Em vez de trabalhar menos horas, como permitiriam as novas tecnologias, a massa da população se vê trabalhando mais. Observe que isso também tem um fim social. Permitir tempo livre para que mais indivíduos busquem seus objetivos de realização é terrível para as perspectivas do controle sólido e contínuo do capital sobre o trabalho, tanto no local de trabalho quanto no mercado. Na “racionalidade econômica [capitalista] não há lugar para o tempo autenticamente livre, que não produz nem consome riquezas mercantis”, escreve Gorz. “Ela exige o emprego em tempo integral dos indivíduos empregados, em virtude não de uma necessidade objetiva, mas de sua lógica originária; os salários devem ser fixados de maneira a incentivar os trabalhadores ao máximo esforço.” As reivindicações salariais dos sindicatos “são, na verdade, as únicas reivindicações que não destroem a racionalidade do sistema econômico”. O consumo racional – quer dizer, racional em relação à acumulação perpétua do capital – torna-se uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capital.

As reivindicações relacionadas às horas e à intensidade do trabalho, sua organização e natureza, por outro lado, carregam no ventre um radicalismo subversivo; não podem ser resolvidas com dinheiro, atacam a racionalidade econômica em sua substância e, através dela, o poder do capital. A “ordem mercantilista” é fundamentalmente desafiada quando as pessoas descobrem que nem todos os valores são quantificáveis, que o dinheiro não pode comprar tudo, e aquilo que ele não pode comprar é essencial, ou talvez o mais essencial.¹⁰

Como diz uma famosa campanha publicitária: “Existem coisas que o dinheiro não compra, para todas as outras existe Mastercard”.

Persuadir os indivíduos de que os serviços e bens de consumo que são oferecidos a eles compensam adequadamente os sacrifícios que devem fazer para consegui-los e que esse consumo constitui um refúgio de felicidade individual que os separa da multidão faz parte da esfera da publicidade comercial.

Aqui os “loucos” [*mad men*] da publicidade (hoje responsáveis por grande parte da atividade econômica nos Estados Unidos) desempenham o papel principal no que se refere aos estragos causados na ordem social. Sua missão é persuadir as pessoas a consumir bens que “não são nem necessários nem meramente úteis”. As mercadorias “são sempre apresentadas como se tivessem um elemento de luxo, de superflui-

¹⁰ André Gorz, *Critique of Economic Reason*, cit., p. 116.

dade, de fantasia, que designa o comprador como ‘uma pessoa feliz e privilegiada’ e assim o protege das pressões do universo racionalizado e da obrigação de se conduzir de maneira funcional”. Gorz define esses bens como “bens compensatórios”:

[eles] mais desejados por sua inutilidade – talvez até mais desejados por causa disso – do que por seu valor de uso, porque é esse elemento de inutilidade (enfeites e dispositivos supérfluos, por exemplo) que simboliza a evasão do comprador do universo coletivo para o refúgio da soberania privada.¹¹

É justamente esse consumismo do excesso, essa inutilidade que os “loucos” da publicidade vendem tão bem. Esse consumismo do excesso é profundamente alheio à satisfação das carências, das necessidades e dos desejos humanos. Até o papa atual concorda com essa visão. “As possibilidades ilimitadas de consumo e de distração que esta sociedade oferece”, queixa-se ele numa exortação apostólica, levam a “uma espécie de alienação que nos afeta a todos, pois ‘alienada é a sociedade que, nas suas formas de organização social, produção e consumo, torna mais difícil a realização deste dom e a constituição dessa solidariedade inter-humana’.”¹²

Mas, como afirma Gorz, “os trabalhadores funcionais, que aceitam ser alienados em seu trabalho porque as possibilidades de consumo que este oferece são uma compensação adequada para eles, só podem existir se, simultaneamente, tornarem-se consumidores socializados. No entanto, apenas um setor da economia de mercado e da publicidade comercial é capaz de produzir esses consumidores socializados”¹³. Foi exatamente no que resultou o movimento revolucionário de 1968, com toda sua retórica pomposa de liberdade individual, autonomia e justiça social – perdido no mundo do consumismo alienado, afogando-se numa riqueza de bens compensatórios, cuja propriedade era interpretada como sinal de liberdade de escolha no mercado dos desejos humanos.

O progresso do consumismo alienado ou compensatório tem sua própria dinâmica destrutiva. Requer que aquilo que Schumpeter chamou de “destruição criativa” se instale sobre a terra. A vida cotidiana na cidade, as formas estabelecidas de vida, de relação e de socialização são sucessivamente desfeitas para dar passagem à última moda ou tendência. As demolições e os deslocamentos que

¹¹ Ibidem, p. 45-6.

¹² Papa Francisco, “Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual”, 24 nov. 2013, §196. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/it/apost_exhortations.index.html>.

¹³ André Gorz, *Critique of Economic Reason*, cit., p. 46.

dão passagem à gentrificação ou disneyficação rompem os tecidos da vida urbana para dar lugar ao espalhafatoso e colossal, ao efêmero e passageiro. Espoliação e destruição, deslocamento e construção tornam-se veículos de uma acumulação de capital vigorosa e especulativa, à medida que a figura do financista e do rentista, do construtor, do proprietário de terras e do prefeito empreendedor sai das sombras e surge sob os holofotes da lógica da acumulação do capital. O motor econômico que é a circulação e a acumulação de capital devora cidades inteiras apenas para depois cuspir novas formas urbanas, apesar da resistência das pessoas, que se sentem totalmente alienadas dos processos que não só remodelam o ambiente em que vivem, mas também redefinem o tipo de pessoa que elas devem se tornar para sobreviver. Os processos da reprodução social são reprojatados de fora para dentro pelo capital. A vida cotidiana é deturpada pela circulação de capital. A coalizão dos que resistem a essa redefinição forçada da natureza humana constitui um grupo de indivíduos apartados que periodicamente eclode em motins e movimentos potencialmente revolucionários, do Cairo a Istambul, de Buenos Aires a São Paulo, de Estocolmo a El Alto.

No entanto, tudo isso repousa sobre a posse de dinheiro suficiente, a necessidade opressora que persuade “estratos sociais antes não remunerados a buscar trabalho assalariado”, o que depois aumenta “a necessidade de consumo compensatório”. Como resultado, “ser pago torna-se o objetivo primordial da atividade, até chegar ao ponto em que qualquer atividade que não tenha compensação financeira deixa de ser aceitável. O dinheiro suplanta outros valores e torna-se sua única medida”. Há, além disso, “um incentivo para se retirar rumo à esfera privada e dar a ela prioridade, um incentivo para buscar vantagens ‘pessoais’”. Isso, por sua vez:

contribui para a desintegração das redes de solidariedade e assistência mútua, da coesão social e familiar e do nosso senso de pertencimento. Os indivíduos socializados pelo consumo (alienado) não são mais indivíduos socialmente integrados, mas indivíduos encorajados a “ser eles mesmos”, distinguindo-se dos outros e somente se parecendo com esses outros na recusa (socialmente canalizada para o consumo) de assumir a responsabilidade pela situação comum praticando uma ação comum.¹⁴

Os afetos e as lealdades a lugares e formas culturais específicos são vistos como anacronismos. Não é isso que a difusão da ética neoliberal propôs e acabou realizando?

Mas, quanto mais tempo se liberou da produção, mais imperativo se tornou absorver esse tempo no consumo e no consumismo, dado que, como argumen-

¹⁴ Ibidem, p. 46-7.

tamos antes, na “racionalidade econômica [capitalista] não há lugar para o tempo autenticamente livre, que não produz nem consome riquezas mercantis”. O perigo constante é que os indivíduos livremente associados e criadores de si mesmos, liberados dos afazeres da produção e abençoados com toda uma gama de tecnologias que economizam trabalho e tempo para ajudar a consumi-las (micro-ondas, lavadoras e secadoras, aspiradores de pó, além de banco eletrônico, cartões de crédito e automóveis), comecem a construir uma alternativa ao mundo não capitalista. Eles podem se sentir inclinados a rejeitar a racionalidade econômica capitalista dominante, por exemplo, e começar a escapar de suas regras opressivas e muitas vezes cruéis de disciplina do tempo. Para evitar tais eventualidades, o capital deve não só encontrar maneiras de absorver mais bens e serviços mediante a realização, mas também ocupar, de alguma maneira, o tempo livre disponibilizado pelas novas tecnologias. E nisso ele foi muito bem-sucedido. As pessoas têm cada vez menos tempo livre para atividades criativas em meio à difusão de tecnologias de economia de tempo na produção e no consumo.

Como se dá esse paradoxo? Gastamos muito tempo, é claro, para gerir, operar e manter toda a parafernália doméstica que nos cerca para economizar tempo, e quanto mais parafernalias temos, mais tempo elas nos tomam. A mera complexidade desses aparelhos de suporte nos enreda em e-mails e telefonemas intermináveis para assistências técnicas, companhias telefônicas e operadoras de cartão de crédito, seguradoras etc. Não há dúvida também de que os hábitos culturais com que cercamos a adoração fetichista aos dispositivos tecnológicos atrai o lado lúdico da nossa imaginação e nos coloca inutilmente assistindo a novelas, navegando pela internet ou jogando no computador durante horas a fio. A cada esquina somos cercados por “armas de destruição em massa”.

Mas nada disso explica por que o tempo voa da maneira como tem voado. A meu ver, a razão mais profunda está na forma estruturada como capital tem tratado o tema do tempo de consumo como barreira potencial à acumulação. A produção e a comercialização de bens que não duram, tornam-se obsoletos ou saem de moda, junto com a produção de eventos e espetáculos consumidos instantaneamente, culmina, como argumentamos, numa inversão impressionante de categorias à medida que os consumidores produzem seus próprios espetáculos no Facebook. Embora a renda que o capital obtém com as redes sociais seja fundamental, essa forma de consumo também toma uma quantidade inacreditável de tempo. As tecnologias da comunicação são uma faca de dois gumes: podem ser manejadas por uma juventude educada e excluída, com propósitos políticos e até revolucionários, ou podem absorver tempo em papos inúteis, fofocas e conversas descomprometidas (enquanto produzem continuamente valor para outros, como os acionistas do Google e do Facebook).

É difícil, se não impossível, refutar a racionalidade econômica capitalista quando a vida, os processos mentais e as orientações políticas das pessoas são tomados e absorvidos pelo trabalho pseudoatarefado de grande parte da produção contemporânea ou pela busca do consumo alienado. Perder-se em nossos e-mails e no Facebook não é ativismo político. Gorz entendeu bem a questão: “Se a economia de tempo de trabalho não serve para liberar tempo, e se o tempo liberado não é para ‘a livre autorrealização dos indivíduos’, então essa economia de tempo de trabalho é totalmente desprovida de sentido”¹⁵. A sociedade pode estar indo na direção da “redução programada e gradual das horas de trabalho, sem perda de renda real, em conjunção com políticas que permitirão que esse tempo liberado se torne o tempo para a livre autorrealização de todos”. Mas tal desenvolvimento emancipatório é extremamente ameaçador para o poder da classe capitalista, e as resistências e barreiras são fortes.

O desenvolvimento das forças produtivas pode reduzir por si só a quantidade de trabalho necessária, mas não pode criar as condições que farão com que essa liberação de tempo seja uma liberação para todos. A história pode pôr ao nosso alcance a oportunidade de uma liberdade maior, mas não nos isenta da necessidade de aproveitarmos a oportunidade e nos beneficiarmos dela. Nossa liberação não acontecerá como resultado do determinismo material – pelas nossas costas, por assim dizer. O potencial de liberação contido num processo só pode ser realizado se os seres humanos se apossam dele e se fazem livres.

Enfrentar coletivamente as múltiplas alienações que o capital produz é uma maneira convincente de se mobilizar contra o motor econômico engasgado que leva tão imprudentemente o capitalismo de uma crise a outra, com consequências potencialmente desastrosas para nossa relação com a natureza e com os outros. A alienação universal exige uma resposta política vigorosa. Mas que resposta seria essa?

Repito: não existe resposta não contraditória a uma contradição. Uma análise da variedade de respostas políticas que são dadas hoje à alienação universal leva a um quadro profundamente perturbador. A ascensão de partidos fascistas na Europa (particularmente virulenta e proeminente na Grécia, Hungria e França) e a organização do Tea Party, uma facção do Partido Republicano que surgiu com o objetivo singular de impedir o financiamento e forçar a interrupção de atividades [*shut down*] do governo dos Estados Unidos e derrubá-lo, são manifestações de grupos da população profundamente alienados que buscam soluções políticas. Não recuam diante da violência e estão convencidos de que a única maneira de preservar suas

¹⁵ Ibidem, p. 184.

liberdades é uma política de dominação total. Essa corrente política se apoia e até certo ponto se combina com respostas militarizadas cada vez mais violentas a todo e qualquer movimento que ameace romper os muros daquela tolerância repressiva tão crucial para a perpetuação da governamentalidade liberal. Consideremos como exemplo: a repressão policial indevidamente violenta do movimento Occupy nos Estados Unidos; a resposta ainda mais violenta aos protestos pacíficos na Turquia, que começaram na praça Taksim; as ações policiais na praça Syntagma, em Atenas, remetendo às táticas fascistas da Aurora Dourada; a contínua brutalidade policial contra os manifestos estudantis no Chile; o ataque organizado do governo aos protestos contra a falta de segurança no trabalho em Bangladesh; a militarização da resposta à Primavera Árabe no Egito; o assassinado de líderes sindicais na Colômbia e muito mais. E tudo isso vem acontecendo sob uma rede em franca expansão de vigilância, monitoramento e ativismo legislativo punitivo por parte do aparelho estatal, que visa travar uma guerra contra o terror e tem tendência a considerar qualquer dissidência anticapitalista ativa e organizada como um ato de terrorismo.

Há um amplo consenso tanto na extrema direita como na extrema esquerda do espectro político estadunidense de que o sistema do Estado, tal como se constitui hoje, está excedendo seus poderes e que isso tem de ser combatido. Isso indica uma alienação generalizada de um sistema estatal que assumiu historicamente a tarefa de tentar construir um consenso e uma coesão social (geralmente partindo do apelo a uma ficção construída sobre a identidade e a unidade nacional) entre linhas partidárias e de classe. A análise de Foucault sobre a governamentalidade é útil aqui. O Estado autocrático, absolutista e centralizado legado ao mundo pela Europa, depois de uma fase de militarismo fiscal nos séculos XVI e XVII, teve de ser adaptado aos princípios e práticas da burguesia, o que significou uma adesão à política utópica de um *laissez-faire* impossível. Essa transição foi realizada com sucesso na Inglaterra, onde se usou a liberdade como meio para criar a governamentalidade (como Amartya Sen defendeu depois para o mundo em desenvolvimento). Isso significou que o Estado capitalista teve de interiorizar certas limitações aos seus poderes autocráticos e transferir a produção de consenso a indivíduos que funcionavam livremente, interiorizando ideias de coesão social em torno do Estado-nação. Mas, acima de tudo, eles tiveram de concordar com a regulamentação da atividade pelos procedimentos do mercado. Estabeleceram-se limites claros ao poder centralizado. Nos Estados Unidos, a política do Tea Party e a política dos autonomistas e dos anarquistas convergem na tentativa de limitar ou até mesmo destruir o Estado, embora a direita o faça em nome do puro individualismo e a esquerda, em nome de um associacionismo ancorado no individualismo. Particularmente interessante é como o modo existente de produção e suas articulações políticas definem tanto o espaço quanto o formato de suas próprias formas principais de oposição.

As práticas hegemônicas do neoliberalismo nas arenas econômica e política deram origem a formas de oposição descentralizadas e interligadas em rede.

A resposta especificamente de direita à alienação universal é compreensível, mas também assustadora em suas implicações. Não se pode dizer, depois de tudo, que as respostas da direita a esse tipo de problema não tiveram consequências históricas importantes no passado. Será que não podemos aprender com a história e formular respostas anticapitalistas mais apropriadas que deem uma solução progressista às contradições do nosso tempo?